

João Pessoa, 30 de janeiro de 2016.

Ofício nº 029/2016 /AESAPB

A Sua Excelência a Senhora
Cassandra Maroni Nunes
Secretaria Executiva do CNRH
CEP: 70.730-542 – Brasília/DF.

Assunto pedido de vista e parecer da relatoria

Vimos perante vossa excelência comunicar que o presente pedido de vista objetiva conhecer melhor a matéria e, dentro do possível, oferecer nossa modesta contribuição sobre as definições de diretrizes e critérios gerais para as derivações, captações e lançamentos de efluentes, bem como assumir o compromisso de ofertar um parecer a respeito do objeto em apreciação.

Vimos, ainda, apresentar um substitutivo à minuta de Projeto de Resolução, nos termos dos documentos que seguem em anexo.

Vimos por fim agradecer a oportunidade de contribuir com a discussão dos temas relativos à gestão dos recursos hídricos brasileiros.

João Fernandes da Silva
Conselheiro Relator

MINUTA DE SUBSTITUTIVO AO PROJETO

RESOLUÇÃO Nº ___, DE ___ DE _____ DE 2016.

Parecer do conselheiro relator, João Fernandes da Silva, representante do Estado da Paraíba no CNRH/MMA

Assunto: Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências.

1. Histórico

Esta proposta de minuta de Projeto de Resolução já foi exaustivamente discutida, conforme histórico da discussão apresentado pela senhora **ELLEN KENIA K. PANTOJA**, Presidente da CTPOAR, o que transcrevo em respeito ao que já foi realizado:

1.1. A discussão de minuta de Resolução que estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, e dá outras providências, entrou em pauta na 87ª Reunião da CTPOAR, realizada em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011.

1.2. A partir da 88ª Reunião, realizada em 06 e 07 de março de 2012, iniciou-se a discussão sobre a proposta de Resolução de usos de pouca expressão, inclusive com apresentações sobre o tema.

1.3. A CTPOAR concluiu a proposta de Resolução em sua 97ª Reunião, ocorrida em 9 e 10 de dezembro de 2013.

1.4. Após entrar na pauta de reunião da XXXI Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 09 e 10 de junho de 2014, a proposta de Resolução retornou à CTPOAR para alguns ajustes finais, concluídos em 21/10/2014, durante a sua 103ª Reunião.

1.5. A proposta foi novamente colocada em pauta durante a XXXIII Reunião Ordinária do CNRH, realizada no dia 29 de junho de 2015. Durante a reunião foram apresentados novos questionamentos que precisariam de ajustes na proposta. Por isso a matéria foi retirada de pauta, com a orientação de retornar à CTPOAR.

1.6. Durante as 105ª à 108ª reuniões, a CTPOAR realizou a revisão de toda proposta de resolução, inclusive consultando diretamente os segmentos que apresentaram questionamentos durante a XXXIII Plenária do CNRH. Após esta revisão, com ampla participação dos diferentes segmentos membros, a Câmara Técnica finalizou a proposta durante a 108ª Reunião, realizada nos dias 21 e 22 de outubro de 2015.

2. Da análise que passo a fazer dos termos da minuta do projeto de Resolução

2.1. O presente projeto de resolução fundamenta-se nos dispositivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no art. 12, e seu § 1º, que prevê a possibilidade de haver derivações, captações, lançamentos de efluentes de pouca expressão, considerados insignificantes e que independem de outorga de direito de uso. Este dispositivo, inciso II do §1º deste artigo, trata especificamente da dispensa de outorga para os usos que especifica, embora o citado artigo estabeleça os usos sujeitos a cobrança. Por outro lado, esta Lei, em seu art. 38, inciso V, diz que compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos **as definições** para os usos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com a competência dominial. Ademais, invocamos a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para reiterar e assegurar que “aplicam-se às derivações, captações e aos lançamentos de efluentes de pouca expressão, considerados insignificantes, as normas relativas à fiscalização dos usos dos recursos.

2.2. O presente substitutivo à proposta de minuta de resolução acolhe em termos gerais a minuta original e, em consequência, mantém o cerne do proposto, acrescentando algumas alterações e supressões para o fiel cumprimento dos objetivos apresentados na ementa.

A primeira alteração, que se repetirá algumas vezes, trata da expressão “em corpos de água e acumulações de volumes de água”, retirada do art. 1º e dos demais artigos desta proposta, ora em todos os seus termos, ora parcialmente.

A despeito da existência de alguns critérios específicos para acumulações de volume de água de pouca expressão existentes no país, a experiência com o tema é ainda insuficiente por parte das autoridades outorgantes ou principalmente dos comitês de bacia hidrográficas para a regulamentação desse tipo de interferência, seja na forma individual ou coletiva. Como é do nosso conhecimento, as acumulações diferem e são muito mais complexas do que as derivações, captações e os lançamentos de efluentes, para os quais já foram definidos critérios técnicos, determinando limites individuais ou coletivos relacionados a usos de pouca expressão, insignificantes, com conhecimento adquirido suficiente para regulamentação dessa matéria. Além do mais, a Política Nacional de Segurança Hídrica, instituída pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, ainda se encontra em estágio preliminar de implementação e regulamentação, sendo fato que inúmeros fiscalizadores não avançaram em seus respectivos atos normativos. Por isso, torna-se muito prudente aguardar os respectivos desdobramentos, dada a complexidade do tema objeto desta preocupação.

Alterações seguintes são nos artigos 2º e seu parágrafo único, 3º, 4º e seu §1º, 8º e 11, atual art. 10, onde suprimiu-se a expressão: ou acumulações de volumes de água e acrescentou-se: de efluentes; e no art. 4º suprimiu-se também o inciso IV, renumerando-se os incisos V e VI, que agora são: IV e V; respectivamente; Por sua vez, o artigo 5º é mantido na forma original porquanto atende satisfatoriamente aos objetivos da proposta; Já os artigos 6º, 7º e seu parágrafo primeiro, modificam-se, dá-se nova redação à expressão: “lançamento de acumulações” passando a “lançamento de efluentes”, deixando de disciplinar as questões relativas as acumulações por ser mais complexa.

Por outro lado, a supressão do art. 10 e seu parágrafo único que trata do cadastramento dos usos, isentando e dispensando outorga, exige uma declaração de regularidade e condiciona a validade cadastral, situação que já foi estabelecida e resolvida no art. 21 da Resolução nº 16 do CNRH, de 08 de maio de 2001, quando assegura que independe da realidade hidrológica, bem como do nível de comprometimento da disponibilidade dos recursos hídricos. Entretanto, é

preciso inclusive aprofundar essa discussão, no que poderá resultar na revisão necessária e urgente da Resolução do CNRH Nº 16/2001, posto que tem 15 (quinze) anos de existência, ressaltando-se que à época de sua edição não se havia beneficiado da experiência prática da grande maioria dos órgãos gestores outorgantes. Esta supressão produz automaticamente a renumeração do art. 11 que passa ser art. 10 deste projeto de resolução. E ainda em decorrência desta modificação e com a supressão total do art. 12, o artigo 13 da minuta original passa a ser artigo 11 do projeto de resolução atual.

3. Conclusão

Diante do exposto, esta relatoria recomenda a aprovação da minuta de Projeto de Resolução na forma do substitutivo que ora apresentamos.

É o parecer.

Em 30 de janeiro de 2016.

João Fernandes da Silva – Conselheiro Relator